



ISSN: 2176-5960

Προμηθεύς

Journal of Philosophy

n. 46 Setembro - Dezembro de 2024



## PELA DEMOCRATIZAÇÃO RADICAL DA FILOSOFIA<sup>1</sup>

Juliana Aggio

UFBA/Cnpq

**RESUMO:** Este ensaio procura mostrar a complexidade da atual situação da filosofia acadêmica no Brasil ao especular as razões da exclusão estrutural de mulheres, negros e indígenas. Da exclusão sobressai o que percebemos como sendo nossa dificuldade em ousarmos filosofar. A explicação sobre o fato visível e quantificável da evasão de alunas da filosofia não é óbvia, mas a reação a ele é visível e palpável na insurgência do movimento feminista das filósofas brasileiras. O ponto problemático, porém, é que a mudança estrutural pressupõe um processo de democratização radical da filosofia acadêmica, o que não ocorrerá apenas pela força da mobilização social e tentativa de sensibilização de nossos pares, mas, sobretudo, pelas políticas de ação afirmativa, mudança de critérios na seleção da pós-graduação e em concurso docente e transformações estruturais no ambiente de formação em filosofia por meio de uma reforma curricular mais ampla e inclusiva e um combate diário às atitudes racistas e sexistas de seus membros de modo a torná-lo menos agressivo, competitivo e opressor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filosofia, exclusão, democratização, inclusão social

**ABSTRACT:** This essay seeks to show the complexity of the current situation of academic philosophy in Brazil by speculating on the reasons for the structural exclusion of women, blacks and indigenous people. The exclusion highlights what we perceive as our difficulty in daring to philosophize. The explanation for the visible and quantifiable fact of the dropout of female philosophy students is not obvious, but the reaction to it is visible and palpable in the insurgency of the feminist movement of Brazilian philosophers. The problematic point, however, is that structural change presupposes a process of radical democratization of academic philosophy, which will not only occur through the force of social mobilization and attempts to sensitize our peers, but above all through affirmative action policies, changes in criteria for postgraduate and professor selection and structural

---

<sup>1</sup> Esse texto reflete pensamentos que tive em diálogo com diversas filósofas ao longo dos últimos dois anos: Fernanda Alt, Carolina Araújo, Maria Clara Dias, Carla Rodrigues, Nastassja Pugliese, Solange Costa, Maria Fernanda Novo e dois filósofos, Fernando de Sá Moreira e Érico Andrade. Além de muitas discentes, orientandes, com quem conversei em palestras, aulas e mesas de bar. Sou afetivamente grata a cada diálogo. Agradeço ao convite de Flavia Benevenuto de Souza para fazer parte desse importante dossiê sobre mulheres na Filosofia. Também agradeço, como bolsista de produtividade, ao Cnpq que me possibilitou financeiramente muitas dessas trocas em eventos que pude ir.

transformations in the philosophy training environment through a broader and more inclusive curriculum reform and a daily fight against the racist and sexist attitudes of its members in order to make it less aggressive, competitive and oppressive.

**KEY-WORD:** Philosophy, exclusion, democratization, social inclusion.

Quem tem consciência para ter coragem  
Quem tem a força de saber que existe  
E no centro da própria engrenagem  
Inventa contra a mola que resiste  
Quem não vacila mesmo derrotado  
Quem já perdido nunca desespera  
E envolto em tempestade, decepado  
Entre os dentes segura a primavera  
(“Primavera entre os dentes”, canção de Secos & Molhados)

### **A voz e o silêncio na filosofia**

Entre o riso do deboche e o silenciamento do nó na garganta está a voz frágil e trêmula da aluna de filosofia. A sala é **um bloco** de uma tradição que lhe pesa, enquadra o seu lugar e direciona seus passos. A porta de saída sempre lhe esteve mais próxima e, muitas vezes, foi motivo de libertação e alívio. A filosofia ensinada tampouco lhe acolhia ou erguia. O sonho de se tornar filósofa se desfazia feito névoa passageira de uma manhã fria, como uma doce ilusão de puberdade. O corredor da universidade ficara estreito demais para quem se abrigava sob a vestimenta do gênero feminino. Mas, ao final do corredor, a porta entreaberta deixava escapar vozes de quem nunca quis pouco, mas agora sabe perseguir seus desejos de ler, escrever, dialogar, pensar e – por que não? – filosofar. Afinal, qual voz ousaria filosofar?

Qual voz se cala na sala de aula? Qual voz está trêmula? Qual voz está plena? Quais mãos segurariam firme a pena ao invés do cabo da panela ou da vassoura? Quais olhos seriam capazes de vislumbrar horizontes no papel em branco? Quais corpos poderiam repousar no pensamento sem impedimentos? Quem poderia escolher livremente o que fazer com o seu tempo? Quem poderia dedicar seu tempo a criar metáforas sobre a mesa, o lápis, a lareira sem ter de desviar o seu olhar e deslocar o seu corpo para cozinha ou para o cômodo onde as crianças brigavam? Quem poderia escolher livremente o que fazer com a única coisa que realmente nos pertence: o tempo de vida? E, mais ainda, escolher que esse tempo dedicado ao pensamento filosófico e à arte de escrever não seja interrompido? Sabemos bem, desde o relato de Aristóteles em sua *Metafísica*, que a filosofia nasceu com o chamado ócio produtivo (*scholé*) ou o tempo livre para tão somente especular. Também sabemos, desde o estoicismo, que a única coisa que pode estar inteiramente sob o nosso poder é o nosso tempo de vida e que a liberdade incide sobre a escolha do que fazer com o seu próprio tempo.

Hipárquia de Maroneia, no século IV a.c., escolheu dedicar seu tempo ao estudo ao invés do tear. A moça grega destinada a ser esposa-mãe-governanta se afirmou como filósofa ao dizer: eu dediquei ao estudo todo o tempo que, por conta de meu sexo, eu deveria ter dedicado ao tear. Hipárquia, costureira de ideias e palavras, soube fazer do tear o seu estudo, da lançadeira os seus pensamentos filosóficos, e assim teceu sua filosofia, a despeito de toda opressão sexista de seu tempo e, não obstante, o apagamento sofrido por uma história que não soube lhe narrar<sup>2</sup>.

Além de recusar o regime sexista opressor que nos impede de cultivar a filosofia, como fez Hipárquia, é preciso haver condições objetivas que nos permitam escolher dedicar o nosso tempo à paciente e demorada arte de pensar. É preciso, como já nos disse de modo marcante Virgínia Woolf em 1929: *um teto todo seu*, logo que os ambientes privado e público nos sejam propícios: a casa e a universidade. Como já nos alertara em 1975, Hélène Cixous, em seu famoso ensaio *O riso de Medusa*, urge que as mulheres ocupem os espaços públicos com suas palavras e corpos. Para tanto, todavia, o espaço privado não poderia sugar nosso tempo livre e o espaço público não poderia ser tão cego aos nossos escritos e surdo às nossas vozes.

---

<sup>2</sup> Veja verbete sobre essa filósofa: AGGIO, J. Hipárquia de Maroneia. Verbetes. Campinas: *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, 2022. Veja também o artigo AGGIO, J. Hipárquia, ou o ápice da radicalidade do cinismo. *DISCURSO*, v.53, p.37 - 47, 2023.

Não é preciso fazer muito esforço para perceber a olho nu que a filosofia tem cor, gênero e classe. Se, na graduação, por conta das cotas, a diversidade é maior, embora ainda muito aquém do que deveria ser, ela vai se apagando na pós-graduação e quase desaparece no corpo docente. Um corpo, vale ressaltar, quase inteiramente branco, majoritariamente masculino, cisgenero, e da classe média/alta.

Em 2019, a filósofa Carolina Araújo mostrou em seu texto “Quatorze anos de desigualdade: Mulheres na carreira acadêmica de Filosofia no Brasil entre 2004 e 2017” que “a proporção de docentes permanentes do sexo feminino em PPGs de Filosofia tem média de 20,14% ao longo dos 14 anos” e que, ao fim e ao cabo, temos 2,3 menos chance de nos tornarmos docentes do que os homens, ou seja, “os homens tiveram ao longo dos 14 anos mais do que o dobro da oportunidade das mulheres”. Quatro anos depois (2023), a pesquisa “Como anda a inclusão de mulheres na ciência brasileira?”, de Márcia Cândido, mostra que, de 2017 a 2020, absolutamente nada mudou. Nesta constata-se que as mulheres docentes das pós-graduações em Filosofia continuam perfazendo o contingente de apenas 20%. Ao somar o resultado de ambas as pesquisas, podemos concluir que, ao todo, estamos falando de *dezoito* anos de desigualdade medida e analisada. Somos uma área tão masculina e masculinista que, como mostra a pesquisa, perdemos até para Engenharia de Minas e Engenharia Nuclear, cuja porcentagem de docentes mulheres é, respectivamente, 32% e 33%. Tal desigualdade não é, no entanto, uma prerrogativa brasileira. Basta ver o texto de Sally Haslanger “Mulheres na Filosofia? Faça as contas” ([Women in Philosophy? Do the Math](#)) (2013)<sup>3</sup>, em que ela revela que as docentes mulheres dos 51 principais programas de pós-graduação dos EUA contabilizam 21,9%.

É fato notório que as mulheres, sobretudo quando se declaram feministas, parecem encontrar ainda mais dificuldades de se inserirem como professoras universitárias, especificamente nos departamentos de filosofia. Cito aqui um relato de Judith Butler, em seu texto “Pode o Outro da filosofia falar?” (2022):

“Drucilla Cornell, Seyla Benhabib, Nancy Fraser, Linda Nicholson, Iris Marion Young, eram todas orientandas de acadêmicos como Alasdair MacIntyre, Peter Caws e Jürgen Habermas. Em um momento ou outro nos últimos dez anos, elas, assim como eu, passaram a não mais compor departamentos de filosofia” (2022, p. 410).

---

<sup>3</sup> Todas as traduções são minhas.

Acrescenta-se, aqui, a filósofa estadunidense Angela Davis, que fez seu doutorado em filosofia sob orientação de Herbert Marcuse, mas deixou de ser professora de filosofia ao ser demitida quando acusada de comunista e se tornou professora de história. Ou seja, é alarmante constatar que tais filósofas não se tornaram professoras em departamentos de filosofia. Mesmo Hannah Arendt e Simone de Beauvoir, filósofas hoje internacionalmente reconhecidas, deram aulas de filosofia sem ocupar cargos na Universidade nesta área: a primeira pertencia ao departamento de Ciência Política e a segunda ao Liceu. Por outro lado, é curioso que ambas não se autodenominavam filósofas: Arendt se dizia cientista política e Beauvoir não se identificava como “filósofa” no sentido estrito acadêmico. Surge, inevitavelmente, uma constatação assombrosa de que a filosofia acadêmica não admitia e continua resistindo a admitir em seu interior institucional mulheres filósofas, além de mistificar o *status* de filósofo a ponto de fazer com que essas duas grandes pensadoras não se identifiquem como filósofas. Do mesmo modo, Edith Stein não pôde se tornar professora universitária de filosofia, apesar dos elogios de seu orientador, Edmund Husserl, que lhe disse que seria favorável a recomendá-la ao cargo “se a carreira acadêmica fosse aberta às senhoras”<sup>4</sup>. Stein, hoje reconhecida por seu trabalho, foi reprovada duas vezes quando postulou ao cargo de docente de filosofia e só encontrou lugar para o ensino na Igreja Católica, ou seja, a Igreja Católica foi, na época e mesmo durante a Idade Média, mais aberta à inclusão de mulheres filósofas do que a própria Universidade até meados do século XX! Passado um século desde que a Universidade começou a admitir docentes mulheres na Filosofia, *ainda* são vergonhosos os números que atestam nossa presença. No Brasil, temos o caso notório de Sueli Carneiro, que, apesar de sua verve filosófica já bastante reconhecida, sequer conseguiu fazer seu doutorado na área.

Graças às pesquisas sobre desigualdade de gênero e aos relatos de mulheres filósofas, hoje a exclusão das mulheres já têm alguma representação estatística e certa visibilidade política. No entanto, é preciso ir além e avançarmos urgentemente nas análises de outros marcadores de exclusão social. Infelizmente, o único dado que temos sobre a exclusão de pessoas negras e indígenas na filosofia é o de que praticamente *não há dados*, o que é significativo para se questionar a naturalização do ambiente da filosofia como sendo (quase) exclusivamente branco e masculino e (quase) inteiramente reservado para a formação de pessoas da mesma cor e do mesmo (cis)gênero para as quais a universidade abre de bom grado suas portas nos concursos para docentes. Recentemente, porém, Fernando de Sá

---

<sup>4</sup> Lettre de recommandation du 6 février 1919. In: E. Stein, *Correspondance* I (note 3), p. 204 (*tradução minha*).

Moreira publicou um texto intitulado “A persistente desigualdade racial e de gênero na filosofia brasileira” (2023), que atesta o seguinte: “A filosofia não é apenas a área com a menor concentração de estudantes pretos, pardos e indígenas das ciências humanas (27,2% em 2020), mas é também uma das menos diversas de todo o sistema de pós-graduação brasileiro”. Ademais:

Em 2020, mulheres compunham apenas 28,9% dos corpos discentes de mestrados e doutorados em filosofia. Esse é novamente um dos maiores desequilíbrios de todo o sistema de pós-graduação brasileiro (...). Desde sua formação, o ensino superior brasileiro se caracterizou por ser excludente para mulheres, pessoas negras e indígenas. Todavia, os números sugerem fortemente que a pós-graduação em filosofia está entre as que são mais resistentes à mudança desse cenário.

Sá Moreira finaliza formulando uma conclusão com a qual concordo inteiramente:

Não restam dúvidas. Os números dão indícios fortes de que os mestrados e doutorados em filosofia possuem ainda um longo caminho à frente, caso queiram avançar em direção à diversificação de suas pesquisas e mesmo de seu corpo discente e docente. E, portanto, essa situação sugere que eventuais políticas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo na pós-graduação em filosofia devem levar em conta não só o acesso e a permanência de mulheres, negros e indígenas nos mestrados e doutorados; mas também uma transformação epistemológica da própria filosofia acadêmica brasileira.

Ora, quando a filosofia exclui tais grupos socialmente vulneráveis, a pergunta que logo vem à mente de quem possui alguma sensibilidade social e senso de justiça é: por que a filosofia está, até hoje, tão atrás de todos os outros departamentos de ciências humanas no que se refere à diversidade de seu corpo discente e docente? Certamente, a culpa não é a dos excluídos, como frequentemente se procura afirmar e ainda encontrar bases conceituais filosóficas como justificativa. A resposta não é simples, mas certamente há algo de errado, *de muito errado* com a filosofia. É a pergunta de Linda Alcoff em seu artigo “Qual o problema com a Filosofia?” (*What's wrong with Philosophy?*) (2013). Alcoff ironicamente expõe motivos possíveis: “Alguns sugerem que é o estilo de debate ‘áspero e turbulento’ da filosofia que afastou as mulheres e os homens não brancos. Implicação lógica: talvez simplesmente não sejamos talhados para um campo tão exigente”.

Ora, sabemos que o problema não é o debate em si, mas *como* se debate. Se se acredita que o debate é o caminho para a busca pela verdade, Alcoff, neste mesmo artigo, faz

algumas ponderações que aqui as coloco na forma interrogativa, a saber: (i) seria o debate um “mercado de ideias conduzido como uma batalha final”?, (ii) Os estilos agressivos maximizariam a verdade?, (iii) “O uso das vantagens sociais que alguém pode ter em virtude de seu gênero, etnia ou idade” que endossam argumentos de autoridade nos levaria até a verdade?, (iv) Será que a verdade seria alcançada com “a recusa obstinada de reconhecer os contextos do mundo real, repletos de preconceitos implícitos e distorções pelo poder, nos quais até mesmo os debates filosóficos sempre ocorrem”?, (v) Será que o argumento antagônico nos conduziria para a verdade mais do que “uma receptividade que se abstém de discordar por tempo suficiente para experimentar as novas ideias oferecidas, levá-las adiante e ver aonde elas podem chegar”?

Em resumo: se a exposição oral argumentativa é um dos principais critérios para se medir a excelência filosófica na academia, como se poderia bem argumentar se o debate ocorre em um ambiente hostil por diversos motivos? Como uma mulher pode se sentir segura e confiante a debater num ambiente extremamente assediador, moral e sexualmente? Diz Alcoff: as mulheres “podem ficar desconcertadas com a ideia de que o elogio intelectual de seu professor é estrategicamente motivado, realizado com outra intenção que não a verdade. Isso pode abalar sua confiança e, certamente, inviabilizar o debate. O que pode, é claro, ser bastante intencional”. Pois bem, são diversas as razões que expõem mulheres e homens não brancos da filosofia, Alcoff sublinhou apenas algumas; certamente há mais. Vejamos algumas mais.

### **Cinco razões da evasão de alunas de filosofia**

Gostaria de apontar aqui cinco razões dessa evasão cujas denominações foram forjadas e expostas separadamente por questão de organização, embora sejam cruzadas e co-extensivas, já que traduzem um ambiente dentro e fora da academia como estruturalmente opressor e excludente:

1. A desigualdade estrutural de gênero impõe às mulheres, sobretudo às mulheres negras, indígenas e trans e às mulheres pobres em geral, a necessidade de ter que lutar por sua sobrevivência e cuidados reprodutivos, abandonando o lugar supostamente “privilegiado” de

se dedicar aos estudos, principalmente um estudo que não tem uma aplicação prática e nem garantia imediata de ascensão social: a filosofia (ao que denomino falta de condições *materiais* para o exercício da filosofia);

2. A crença alimentada socialmente e pela boca de muitos filósofos por mais de dois milênios de que a filosofia é um conhecimento racional o bastante para não ser acessível a uma suposta “natureza” feminina incapaz de mesma desenvoltura racional que os homens e mais afeita à animalidade, sensibilidade, sensualidade, sexualidade. Ora, diante de uma crença falsa sobre si mesma, a mulher dificilmente se percebe como capaz de filosofar. É preciso percorrer um oceano de séculos de preconceitos para que seja desconstruída e desnaturalizada a crença de que a mulher não nasceu para filosofia; o que não é tarefa para uma mulher individualmente, mas para todas nós (ao que denomino falta de condições *existenciais* para o exercício da filosofia);

3. O número diminuto de professoras e a quase absoluta ausência de mulheres filósofas no cânone filosófico, nas aulas, nas palestras, na grade curricular e nas referências bibliográficas dos cursos e das pesquisas; em uma só palavra: o apagamento das filósofas. Diante da enorme ausência de filósofas na história da filosofia, facilmente vem à mente da aluna a seguinte pergunta: será que existem mulheres filósofas? O que conduz imediatamente a outra pergunta de fundo: será que a mulher é capaz de filosofar? Acreditar que nós, mulheres, seríamos capazes de fazer filosofia é muito mais difícil diante de uma história da filosofia que omite filósofas. É muito mais difícil em um ambiente acadêmico que nos diminui, oprime e até assedia. É muito mais difícil em uma sociedade machista, patriarcal que desqualifica a mulher e desvaloriza a própria filosofia (ao que denomino falta de condições *epistemológicas* para o exercício da filosofia);

4. A falta de coragem de falar em público cultivada numa sociedade machista que opera duas violências. Primeira violência: a interrupção da fala da mulher e o monopólio masculino da palavra que retira da mulher o lugar de fala; em uma só palavra: silenciamento. Segunda violência: a crença de que a mulher não é tão capaz de raciocinar e de falar à altura do suposto ser racional por excelência – o homem; crença esta, vale notar, escamoteada pelo adjetivo “tímida”, como se o silêncio não de uma, mas da maioria das mulheres se explicasse pela timidez, reduzindo um problema social a uma questão psicológica individual de uma ou outra mulher em particular (ao que denomino falta de condições *sociais* para o exercício público da palavra filosófica);



5. Por fim, mas não menos importante: o assédio moral e sexual a que nós, mulheres em geral, estamos submetidas em uma sociedade patriarcal, machista, sexista, mas, sobretudo e, em particular, as alunas de filosofia. Há uma verdadeira naturalização do assédio sustentada pela crença da inferioridade da mulher, crença que se explica da seguinte maneira: a mulher sofre humilhações por estar numa condição “naturalmente” inferior ao homem e não porque o homem a quer manter num estado de inferioridade para exercer seu domínio sobre sua existência. Nessa verdadeira cultura do assédio, que se reproduz com frequência no interior das universidades e às vistas grossas da maioria dos homens que prefere consentir a um silêncio tácito e se manter no seu cômodo lugar de privilégio, as alunas são as principais vítimas. Ao sofrerem assédio, criminalizável ou não, ocorre uma tripla violência: o próprio assédio, a internalização da culpa de ter sido assediada e o medo de denunciar, ficar marcada e ter sua carreira arruinada (ao que denomino de falta de condições *psicológicas* para o exercício da filosofia).

Diante dessas cinco razões explicitadas como faltas – falta de condições materiais, sociais, psicológicas, epistemológicas e existenciais – não poderia senão insurgir contra à opressão e à injustiça social um movimento feminista de filósofas brasileiras. É certo que fazemos tudo isso sobretudo pelas alunas de filosofia, afinal toda luta por transformação social não poderia senão desejar que o futuro seja mais justo e emulador para as filósofas.

### **A insurgência do movimento feminista de filósofas brasileiras**

Com um crescente número de atividades e intervenções, inicia-se, em 2016, um movimento feminista de filósofas brasileiras que, atuando em redes e coletivos, tem o intuito de mudar a violenta exclusão de mulheres na filosofia. Um texto divisor de águas que marcou o debate público naquele ano foi o *Mulheres na Pós-Graduação em Filosofia no Brasil*, de Carolina Araújo, que mostrou como as mulheres têm 2,5 menos chance de chegar ao topo da carreira, bem como a criação do GT da ANPOF *Filosofia e Gênero*, sob coordenação de Susana de Castro. Surge também o projeto de extensão da UFRJ, *Quantas Filósofas*, cujo objetivo é produzir dados sobre Filosofia e Mulheres no Brasil e redigir e divulgar verbetes sobre Filósofas. De 2016 a 2019, Carolina Araújo demonstra, no seu texto *A Primavera das Filósofas*, que há um salto expressivo no número de eventos sobre mulheres e filosofia em

2018 e 2019, sendo que o ano de 2019 tem mais eventos desse tipo do que todos os outros anos anteriores somados.

Em 2020, há uma verdadeira explosão de eventos na filosofia feitos por mulheres e sobre mulheres filósofas. Houve, segundo dados recolhidos no site da *Rede brasileira de mulheres filósofas*, por volta de 108 eventos virtuais, 28 cursos, 42 publicações e 9 entrevistas sobre a temática mulheres e filosofia. Cabe, então, destacar algumas iniciativas: a *Rede Brasileira de Mulheres Filósofas*, que abriga mais de 70 projetos sobre mulheres e filosofia, diversos eventos e iniciativas, e que pode ser compreendida como uma rede que se autogestiona por meio de ações coletivas em território não institucionalizado para lutar contra opressões no meio acadêmico; o coletivo *Filósofas Negras*, que reúne filósofas negras brasileiras e é parte da *Rede Brasileira de Mulheres Filósofas*; a *Rede de Mulheres Filósofas da América Latina* (REDDEM) cujo objetivo é o de fortalecer o intercâmbio e a solidariedade entre as mulheres filósofas dos países da América Latina; o *GT Mulheres na História da Filosofia* da Anpof, que procura resgatar obras de mulheres silenciadas e negligenciadas na História da Filosofia; o *GT Filosofia e Raça* da Anpof, que procura estudar epistemologias negras; o projeto *Uma filósofa por mês* cujo objetivo é fazer conhecer a biografia e bibliografia de uma filósofa por mês, da antiguidade à contemporaneidade; o projeto *Mulheres de hoje e de ontem*, que é um podcast na rádio da UFRJ elaborado em conjunto pelos grupos de pesquisa GERMINA (UFSC) e o grupo *Decolonial Carolina de Jesus* (IFCS/UFRJ) e que tem como objetivo fazer conhecer as filósofas de modo acessível e atraente; o projeto *Mulheres que leem Mulheres*; o *Filósofas na Rede*; a *Enciclopédia Mulheres na Filosofia*, da Unicamp; o *Prêmio Filósofas*: melhor dissertação e tese em filosofia produzido por uma mulher. A lista aqui não é exaustiva, mas pretendeu apenas dar destaque a uma certa representatividade de projetos sobre mulheres e filosofia.

É no contexto desse movimento feminista que surge, como um marco importante desse movimento, o livro *Filósofas*. Como disse Marilena Chauí, na contracapa do livro:

Certa vez, Virgínia Woolf imaginou que Shakespeare tivesse tido uma irmã tão talentosa quanto ele e que, para impedir o destino doméstico que a família lhe impusesse, fugiu para Londres, onde esperava poder encenar suas peças teatrais. Não conseguiu. E, numa noite de inverno, na miséria e na solidão, silenciosamente morreu na neve. Devemos à irmã de Shakespeare, diz Virgínia, quebrar o silêncio e lançar nossa palavra aos quatro ventos. Este livro, fruto do colóquio *Filósofas* durante o terrível ano de 2020, é escrito por nós, filósofas e irmãs de Shakespeare, que decidimos romper o silêncio e fazer nosso trabalho de pensamento

ser ouvido mundo afora, recusando, como escreveu Gilda Rocha de Mello e Souza, que tenhamos apenas “uma vida atribuída”.

Talvez esse livro *Filósofas* seja uma reação à famosa coleção “Os Pensadores”, que não contém nenhuma pensadora em seus 52 volumes de 25 séculos de filosofia. Mas talvez seja mais do que isso. Talvez seja a expressão de que nós, filósofas brasileiras, estamos ganhando cada vez mais consciência de que o que já se produziu em filosofia pelas mulheres é extremamente profundo e transformador e que o que nós queremos é uma completa revisão feminista e antirracista da história da filosofia. Uma história que não apenas inclua mulheres, negros e indígenas em seus cânones, referências e grade curricular, mas que se abra para novos objetos, questões e temas e novas formas de argumentar, imaginar e produzir conhecimento. A pergunta que não quer calar diante desse tipo de produção de conhecimento feito por homens filósofos é a seguinte: uma filosofia que justifica as desigualdades sociais existentes e naturaliza opressões não seria ela mesma opressiva? Esse tipo de filosofia falocrática ou de bases misóginas e racistas não produziria graves consequências epistemológicas e éticas?

Certamente, a consequente perpetuação de estigmas saídos da boca e das mãos de homens considerados “geniais” e “brilhantes” acarreta mais opressão e sofrimento. É grave e a vontade é de cancelar, queimar, condenar, punir, fazer justiça tamanha a indignação. Indignação essa que não será mais silenciada. Todavia, paremos para refletir por um instante sem estarmos tomados de uma raiva mais do que justificada. A prática do cancelamento parece ser a violência do apagamento da história e nós, que procuramos realizar uma prática de vida e epistêmica anti-imperialista e decolonial, não poderíamos operar com a mesma violência a que os homens cis brancos euro-americanos nos submeteram: eles nos cancelaram, apagaram e silenciaram. Quiseram nos retirar da história, mas se esqueceram que a história pode ser contada de muitas outras maneiras, que há sempre resistências e sobrevivências, que nós não queremos ser apenas incluídas na história, e que tampouco seria possível ler os mesmos autores e do mesmo modo. Ou seja, a inclusão de autoras não canonizadas pressupõe uma escolha seletiva para que o tempo de aula, do curso e da vida seja ocupado também por outras filósofas, afinal, o tempo de vida e de um curso de filosofia é limitado diante da quantidade de leituras que queremos fazer e narrativas que queremos propor. Trocando em miúdos: não dá tempo de ler todos esses autores considerados canonizados e ainda incluir os que foram excluídos. É uma questão de escolha e, para que ela

seja razoável, deve-se contar minimamente com a sensibilidade e a justiça social. Trata-se, portanto, de propormos mudanças nos currículos, nas ementas das disciplinas, nas referências bibliográficas dos cursos e textos, e de nos abirmos para orientar temas e autores que não estão no escopo de especialização do orientador/a, além de tantas outras medidas, como já foi sinalizado pela Anpof no texto “Alguns dados para pensar currículo e excelência na área de filosofia: por uma filosofia pluriversal”. Além disso, não dá mais para dizer que o racismo ou o sexismo presente na obra canonizada é apenas ocasional, justificado pelo seu contexto histórico e que não afeta a obra como um todo. Do contrário, hoje poderíamos dizer que argumentos racistas e sexistas presentes em textos atuais se justificariam já que estamos vivendo num mundo racista e sexista. Ora, não dá mais para empurrar para debaixo do tapete tais declarações, argumentos, teses. É preciso se perguntar quais conceitos e argumentos da obra sustentam o racismo ou sexismo ali presente.

Em suma, procurar fazer uma revisão feminista e antirracista da história da filosofia não significa apenas colocar em xeque as verdades produzidas por essas filosofias e questionar o tipo de pensamento que se está operando, mas, sobretudo, tornar patente suas estratégias políticas de naturalizar o que não deveria ser naturalizado. Não se trata apenas de garantir a inclusão de filósofas mulheres, negros e indígenas no cânone, mas de possibilitar, no interior mesmo da academia, aberturas para um discurso libertário e emancipador que seja simultaneamente crítico e criador.

Rever, portanto, como já nos sinalizou Judith Butler em *Problemas de Gênero*, o binarismo metafísico que estrutura a maior parte das obras canonizadas como filosóficas: de um lado o racional, o ativo, o civilizado, a alma, e de outro o irracional, a emoção, o passivo, o selvagem, o corpo, o sexo. O homem estaria do lado da razão e teria um corpo com sexo; à mulher lhe faltaria a mesma capacidade racional, ou, ainda que igualmente capaz, não alcançaria a mesma desenvoltura cognitiva. A mulher estaria do lado das emoções e seria não um corpo *com* sexo, mas *o* sexo. Essa estrutura binária hierárquica metafísica é ela mesma opressiva e precisa ser colocada em xeque para que não continue sendo a base da produção epistemológica e prática da filosofia. Se os conceitos são lugares de disputa e o poder é intrínseco ao saber, então nós podemos ousar construir outros critérios, metodologias, exegeses, revisões do cânone. Enfim, *um modo outro de fazer filosofia*, a partir também de categorias não ocidentalizadas e, certamente, sobre uma base de princípios e argumentos não produtores de hierarquias de humanização e desumanização, justificando e naturalizando

opressões. Dentre muitas opressões, cito apenas as duas mais nefastas: a opressão intelectual do dogmatismo e a cultura da desumanização. Da primeira, segue-se a prisão do pensamento e a obediência servil. Da segunda, seguem-se violência, assassinato, tortura, estupro, escravidão e genocídio. Se a filosofia for intrinsecamente libertária, então ela deveria ser uma prática que se opõe às opressões.

Essas filosofias e filósofas sempre existiram e resistiram, embora ocultadas como estratégia de garantia de manutenção da hegemonia e dos privilégios dos homens na produção de conhecimento, solapando a crença em nossa capacidade de ousar intelectual e socialmente para romper os padrões de opressão. É por isso que as filósofas brasileiras vêm agora a público numa tentativa de remediar o irremediável: a injustiça que as mulheres filósofas sofreram com o seu constante apagamento. Não bastaria denunciar esse fato tão evidente e conhecido, é preciso que essas filósofas e filosofias tenham voz ativa, ousem filosofar e possam ser escutadas e valorizadas intelectualmente. Eis o propósito libertador desse movimento feminista.

Se o epistemicídio é compreendido como silenciamento, subalternização e invisibilização de saberes não hegemônicos, como os saberes das filósofas, o que queremos aqui é furar essa malha de poder e provocar desvios: a visibilidade, o reconhecimento e a valorização da filosofia feita por mulheres, negros e indígenas. Assim, esperamos que as gerações posteriores possam encontrar um universo acadêmico mais inclusivo, aberto e democrático. E que essas gerações possam, desde o início, acreditar em si mesmas enquanto capazes de fazer filosofia. Esperamos também – e por que não? – que os homens aprendam algo de nossa reivindicação por mais justiça social: aprendam a desaprender seu privilégio, a cederem e a se colocarem em xeque. Ora, não basta que os colegas homens, e mesmo algumas mulheres, digam para nós, diante dos dados que comprovam a exclusão e as diversas violências que sofremos e lhes contamos, que “É um horror, isso precisa mudar, mas é muito difícil”. Sim, é difícil e, diria mais, é preciso que os homens assumam a responsabilidade de, efetivamente, mudar essa realidade institucional, e de realmente tornar a universidade um espaço de efetiva inclusão social e democratização radical.

### **Quem tem medo da inclusão social?**

Diante das opressões que estruturam o ambiente acadêmico, provocando desde a evasão de alunas até a exclusão da diversidade no corpo docente e impedindo outros modos de se fazer e debater filosofia, o voluntarismo individual torna-se extenuante e perde o sentido. Mesmo que eu esteja resistindo em rede e coletivamente com minhas colegas feministas, ainda assim preciso olhar para as mulheres ao meu redor e dizer algo que seja diante do dilema “fazer ou não fazer filosofia?” Sinto uma vontade imensa de dizer: “faça, é duro, mas estamos lutando para mudar esse efeito tesoura sobre as mulheres, negros e indígenas”, mas o que sai de minha boca é: “faça por paixão, mas saiba que são muitas as barreiras: desde a canonização de autores homens brancos, restrição da pesquisa a objetos clássicos e a modos hegemônicos de se fazer filosofia, assédios de todos os tipos, e, o pior: dificilmente a avaliação subjetiva da banca, majoritariamente formada por homens brancos, vai permitir que você entre no espaço universitário”.

Primeiramente, procurei mostrar que *ainda* não há uma efetiva inclusão social, embora estejamos avançando lentamente e sobretudo na graduação, onde a seleção objetiva e anônima de entrada (vestibular e Enem) evitam em alguma medida o uso de critérios seletivos eivados de julgamentos consciente ou inconscientemente discriminatórios e a lei das cotas faz valer a justiça social de inclusão e da diversidade. Agora, gostaria de dizer que tal inclusão pressupõe uma abertura da filosofia enquanto instituição à diversidade de discentes e, sobretudo, de docentes, bem como uma revisão de nós mesmos como pesquisadores e docentes comprometidos com o combate às exclusões e desigualdades violentamente presentes em nossa área.

O ponto, todavia, é saber como mudamos esse quadro de exclusão na filosofia de modo a fazer valer a tão desejada indissociabilidade entre excelência e inclusão social. Da graduação à docência o abismo aumenta, a tesoura aprofunda o corte e a porta de entrada na Universidade se estreita. A diversidade na graduação se inicia por imposição da lei das cotas. A área foi obrigada a ceder a essa reparação histórica. Já a porta para entrar na pós-graduação é mais estreita, como se ela não devesse ser *também* um lugar de reparação histórica e como se a excelência nesse nível não pudesse suportar a inclusão social. Vale notar que há programas de pós-graduação com nota máxima há anos sem ter *ainda* adotado política de cotas. O que só é possível porque, dentre outros fatores, na avaliação da Capes do quadriênio 2017-2020, o item “políticas afirmativas”, independentemente de serem efetivas ou não,

equivale a míseros 2% da nota final do programa, ou seja, pouco afeta a obtenção da nota máxima.

Se, na graduação, e, em alguns programas de pós-graduação, a lei faz valer a inclusão social, o mesmo deveria ocorrer na docência. Como a lei de cotas na docência é aberta a interpretações, a sua aplicação, em muitas Universidades, fica atrelada antes a ter de haver mais de três vagas para a mesma especialização exigida pelo departamento e não, como deveria ser, para o mesmo cargo — magistério superior. Ademais, deveria haver, certamente, cotas para gênero na área de filosofia, uma vez que somos comprovadamente apenas 20% do corpo docente. Basta olharmos para quem somos que é fácil descobrir a resposta sobre a falta de diversidade do corpo docente: por um lado, a não aplicação de cotas, por outro, impera a lógica dos bastidores e de critérios não explícitos no edital que enfraquecem o espírito público de respeito à isonomia, transparência e impessoalidade nos concursos para docentes.

Dizer que impera a lógica corporativista dos bastidores nos concursos docentes não é efeito de retórica, mas bem poderia ser um eufemismo para “a lógica da carta marcada”. Ora, se a subjetividade não é isenta das estruturas de poder, até que ponto podemos confiar na avaliação subjetiva de membros de uma banca num mundo estruturalmente desigual e excludente? Esses avaliadores não estariam, com frequência, reproduzindo a própria estrutura que os mantém nesse lugar de poder? Quem julga e como julga? Com base em quais critérios? São perguntas necessárias apenas para iniciar o debate e o questionamento do lugar de poder daqueles que selecionam quem entra e quem fica fora da academia, quem recebe e quem não recebe bolsas e verbas, quem passa e quem não passa nas seleções de pós e nos concursos.

Talvez, num mundo ideal democrático, não deveria sequer haver seleção, já que toda seleção implica excluir. Todavia, havendo a necessidade de seleção por não termos um sistema de entrada universal, os critérios podem e devem ser sempre questionados e repensados de modo a não reproduzirem exclusões históricas de mulheres e pessoas não brancas, a serem mais justos do ponto de vista da inclusão social desses grupos minoritários e não perpetuarem o elitismo de homens cis brancos que vigora no ensino superior como um todo e abundante e vergonhosamente na Filosofia. Ademais, é preciso instituir nas universidades — departamentos e pós-graduação — um sistema de acolhimento de discentes para receber relatos locais de violências e sofrimentos e que tais relatos sejam levados em consideração num processo de seleção da pós-graduação. A universidade, por seu ambiente

hostil e violento ao excluir mata em termos simbólicos e epistêmicos. É preciso assumir o sofrimento que o ambiente universitário causa, porque não enxergarmos que se trata de uma estrutura extremamente opressora já é um indício de que o problema é grave. Inclusão social pressupõe, certamente, sensibilidade para o sofrimento de pessoas mais vulnerabilizadas.

Ora, a seleção objetiva e anônima de entrada na graduação pelo vestibular ou Enem, além da efetiva aplicação de cotas, parece ser uma saída considerável para se evitar e alguma medida o subjetivismo ou o uso de critérios seletivos eivados de julgamentos consciente ou inconscientemente discriminatórios. O resultado é a nítida diversidade discente da graduação. O mesmo deve ser replicado, na medida do possível, nas seleções de pós-graduação e nos concursos docentes, do contrário continuaremos com a lógica piramidal em que o topo é sempre ocupado pela mesma cor e gênero: homens cis brancos. Vale notar, como disseram as coordenadoras do Grupo de Trabalho “Mulheres na ciência” (2018), da Universidade Federal Fluminense:

O viés de julgamento implícito (inconsciente ou não percebido) relacionado à esfera acadêmica é em geral associado a estereótipos de baixo rendimento construídos socialmente em uma determinada cultura e exerce fortes influências nas avaliações e julgamentos de indivíduos ou grupos, na ausência de qualquer percepção consciente. Os estereótipos transmitidos repetida e imperceptivelmente através de vários canais de informação induzem crenças implícitas que serão usadas para organizar e categorizar socialmente o mundo. O viés implícito é mais prevalente do que o preconceito explícito. Isso significa que mesmo as pessoas que conscientemente acreditam e defendem princípios de justiça e não discriminação podem ter vieses implícitos que afetam imperceptivelmente seu julgamento. (2018, p. 01)

Ao que podemos acrescentar, como bem disse Lélia Gonzalez (2022), nosso racismo é por denegação, ou seja, disfarçado, em que prevalecem o mito da democracia racial, a alienação e a ideologia do branqueamento. Não é preciso acrescentar que o viés implícito do racismo prevalece na cultura brasileira. Depois da obra de Monique Wittig (2022), não precisamos aprofundar aqui uma reflexão sobre nossa cultura heteropatriarcal cuja heterossexualização sistemática das mulheres cria a crença de que elas são mais afeitas ao sexo do que ao pensamento, e que os acadêmicos homens, mesmo que de modo contido ou pelo viés implícito, frequentemente avaliam as mulheres de modo assimétrico e injusto quando há candidatos homens.

“Pra não dizer que eu não falei de flores”, como diz a canção de Geraldo Vandré, e que fiquei apenas nos espinhos, apresento aqui possíveis soluções a serem discutidas e



adotadas institucionalmente de combate à lógica corporativista dos bastidores e de defesa do espírito público do concurso docente: (i) compor a banca com paridade de gênero e com cinco ou mais membros; (ii) evitar que haja membro interno ao departamento na banca; (iii) preservar o anonimato da prova escrita inclusive da própria banca até a contagem final a ser realizada em sessão pública; (iii) apresentar publicamente a pontuação da prova didática com seus respectivos baremas numérico e descritivo logo após a realização da mesma e antes da entrega dos documentos comprobatórios da prova de título; (iv) apresentar publicamente a pontuação da prova de título com seu respectivo barema, discriminando cada documento que foi pontuado e a justificativa de tal pontuação quando esta requerer uma interpretação ou depender de uma avaliação subjetiva; (v) o recurso administrativo feito por candidato/a deve ser respondido por outra instância que não seja a própria banca nem o departamento responsável pela vaga; (vi) realizar a somatória final de todas as provas em sessão pública; (vii) diminuir o peso das avaliações subjetivas não anônimas (prova didática e defesa de memorial) e aumentar o da avaliação anônima (prova escrita) e objetiva (prova de títulos); (viii) propor poucos pontos e mais gerais, permitindo assim que um número maior de pessoas possam concorrer e que o processo seja menos sacrificante; (ix) por fim, que os departamentos adotem uma política de aproveitamento de mulheres, negros e indígenas aprovados em outros concursos.

Ainda assim, mesmo com todos esses critérios, o julgamento continuaria eivado de distorções preconceituosas implícitas ou explícitas. Todavia, embora não seja a grande solução para inclusão social, visto que a aplicação de cota para negros e, no caso da filosofia, também para mulheres é a estratégia mais eficaz, ainda assim, as mudanças de critério ajudariam, em alguma medida, a preservar a imparcialidade, a transparência e a isonomia, tornando mais pública e democrática a porta de entrada na universidade.

Ao que indica nossa história de quase um século (tendo como marco a criação do departamento de filosofia mais antigo, o da USP, em 1934), a inclusão não ocorrerá, certamente, por uma capacidade de nossa comunidade de se rever de modo a adquirir senso de justiça social espontaneamente ou de bom grado. Ou bem justificamos que excelência e inclusão são incompatíveis e que a diversidade não ocorre por falta de competência dos excluídos, ou apostamos que *ainda* é preciso democratizar radicalmente a universidade a fim de permitir a diversidade em seu corpo discente e docente. Entre a meritocracia liberal e a democracia radical, a escolha não parece ser difícil. Agora, um processo efetivo de

democratização não ocorrerá apenas com a atuação em conjunto de coletivos e redes paralelas ao mundo institucional, mas, sobretudo, por meio da aplicação de cotas e de critérios mais objetivos e impessoais de avaliação nas seleções de pós-graduação e concurso docente, além de mudanças estruturais no ambiente de formação em filosofia por meio de um combate diário às atitudes racistas e sexistas de seus membros.

Diante do mapeamento de nossa área, *ainda* hoje ressoa a mesma pergunta: quem tem medo da inclusão social? Será que o medo de incluir os corpos excluídos tem como pano de fundo não apenas o medo de perder privilégios, mas, sobretudo, o medo da possibilidade de se reinventar a filosofia? Se não é possível refazer a história milenar de exclusão social na filosofia, cabe a nós a tarefa de não repeti-la de agora em diante.

#### *Referências:*

AGGIO, J., Hiparquia de Maroneia. Verbete. Campinas: *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, 2022.

AGGIO, J., Hiparquia, ou o ápice da radicalidade do cinismo. *DISCURSO*, v.53, p.37 - 47, 2023.

AGGIO, J., *Qual voz ousaria filosofar?*. Coluna Anpof 8M. Site da Anpof, 2022. Disponível em <https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/qual-voz-ousaria-filosofar>. Acessado em 30 de novembro de 2023.

AGGIO, J., *Quem tem medo da inclusão social?*. Coluna Anpof. Site da Anpof, 2023. Disponível em <https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/-especial-anpof-40-anos-quem-tem-medo-da-inclusao-social>. Acessado em 30 de novembro de 2023.

AGGIO, J.; SAES, S. F. A.; SOMBRA, L. L.; ARAUJO, C. (org.), *Filósofas*. Curitiba: Kottler Editorial, 2021.

ALCOFF, L., *What's Wrong With Philosophy?* Coluna do The New York Times. 03 de setembro de 2013. Disponível em <https://archive.nytimes.com/opinionator.blogs.nytimes.com/2013/09/03/whats-wrong-with-philosophy/>. Acessado em 30 de novembro de 2023.

ARAÚJO, C., Quatorze anos de desigualdade: mulheres na carreira acadêmica de Filosofia no Brasil entre 2004 e 2017. *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade*, 24(1), 13-33, 2019.

ARAÚJO, C., A primavera de 2016. *Revista Ideação*, v. 1, n. 42, 2020.

BUTLER, J., Pode o Outro da filosofia falar?. In: *Desfazendo gênero*. São Paulo: Ed. Unesp, 2022.

BUTLER, J., *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CÂNDIDO, M., *Como anda a inclusão de mulheres na ciência brasileira? Três modos de observar os dados*. Coluna do jornal Nexo. 23 de Março de 2023. Disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2023/Como-anda-a-inclus%C3%A3o-de-mulheres-na-ci%C3%A3ncia-brasileira-Tr%C3%AAs-modos-de-observar-os-dados1>. Acessado em 30 de novembro de 2023.

CIXOUS, H., *O riso de Medusa*, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

GONZALEZ, Lelia. *Por um feminismo afro-latino-americano*, Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HASLANGER, S. Women in Philosophy? Do the Math. Coluna do The New York Times. 02 de setembro de 2013. Disponível em <https://archive.nytimes.com/opinionator.blogs.nytimes.com/2013/09/02/women-in-philosophy-do-the-math/>. Acessado em 30 de novembro de 2023.

SÁ MOREIRA, F. *A persistente desigualdade racial e de gênero na filosofia brasileira*. Coluna do jornal Nexo. 13 de setembro de 2023. Disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2023/A-persistente-desigualdade-racial-e-de-g%C3%AAnero-na-filosofia-brasileira?s=08>. Acessado em 30 de novembro de 2023.

GT de Mulheres na Ciência da Universidade Federal Fluminense. *Manual de boas práticas para processos seletivos* (uff.br). Setembro de 2018. Disponível em [https://cpeg.uff.br/wp-content/uploads/sites/582/2022/04/MANUAL\\_DE\\_BOAS\\_PRATICAS\\_PARA\\_PROCESSOS\\_SELETIVOS.pdf](https://cpeg.uff.br/wp-content/uploads/sites/582/2022/04/MANUAL_DE_BOAS_PRATICAS_PARA_PROCESSOS_SELETIVOS.pdf). Acessado em 30 de novembro de 2023.

STEIN, E., *Correspondance I (1917-1933)*. Introduction, traduction et annotations par Cécile Rastoin, Paris, Cerf, Ed. Du Carmel, 2009.

WITTIG, M. *Pensamento Hétero*. Trad. Máira Galvão. Autêntica, 2022.

WOOLF, V., *Um teto todo seu*. Nova Fronteira, 2022.